

RECURSO ESPECIAL Nº 1.104.037 - SP (2008/0274826-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **CARLOS ALBERTO MANSUR**
ADVOGADO : **ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO E OUTRO(S) - SP156224**
RECORRIDO : **PATRÍCIA ROLLO MANSUR E OUTROS**
ADVOGADO : **RODRIGO CÉSAR NABUCO DE ARAÚJO E OUTRO(S) - SP135674**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CARLOS ALBERTO MANSUR, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A controvérsia tratada nos autos foi bem relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 682/685, *in verbis*:

CARLOS ALBERTO MANSUR interpõe o presente recurso especial com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea 'a', do permissivo constitucional, em face de acórdão da 4ª Câmara do 2º Grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Segundo anotam os autos Patrícia Rollo Mansur, Renata Mei Hsu Guimarães, Adriana Chieco e Lucas Fajardo Nunes impetraram habeas corpus no MM. Juízo do Departamento de Inquéritos Policiais de São Paulo buscando o trancamento de inquérito policial instaurado pelo Delegado de Investigações Gerais da 1ª delegacia Seccional de Polícia de São Paulo. Narraram que "em razão de representação formulada por Carlos Alberto Mansur, foi instaurado inquérito para apuração da prática dos delitos de falsidade ideológica e fraude processual, em tese praticados pelos pacientes, os três últimos advogados da primeira." Sustentaram que os fatos narrados na representação que levou à instauração do procedimento investigativo eram atípicos.

Por sua vez, o Magistrado da instância singela, reconhecendo a falta de justa causa para a investigação, concedeu a ordem determinando o trancamento do IP nº 75/2006.

Ao proceder ao reexame necessário, a 4ª Câmara do 2º grupo da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por unanimidade, desproveu o reexame necessário. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Daí o presente recurso especial (609/623), onde o Recorrente sustenta que a decisão proferida pelo Tribunal a quo contrariou os artigos 299

e 347, ambos do Código Penal.

Contrarrazões apresentadas às fls. 628/634 e fls. 644/649.

Recurso admitido na origem (f.l. 637).

O *Parquet* Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Antes de analisar o mérito recursal, verifica-se que o recurso especial perdeu o objeto, haja vista que a pretensão punitiva está prescrita.

A **prescrição penal antes do trânsito em julgado** para ambas as partes é regulada pela pena máxima **abstrata** cominada ao crime. É o que se extrai do art. 109 e do § 1º do art. 110 do Código Penal. O primeiro enumera os prazos prescricionais.

No caso de concurso de crimes, é imperioso observar que a verificação é realizada isoladamente quanto a cada delito, nos termos do que dispõe o art. 119 do CP.

Na hipótese, conforme relatado, foram atribuídos aos recorridos os crimes de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e de fraude processual (art. 347 do Código Penal). Considerando as penas máximas cominadas aos referidos delitos, o prazo prescricional é de 8 anos (inciso IV do art. 109 do CP), lapso temporal que já transcorreu desde a data dos fatos (27/12/2005, e-STJ fls. 69/93), tendo em vista a inexistência de qualquer marco interruptivo da prescrição.

Sendo assim, está prescrita a pretensão punitiva estatal.

Ante o exposto, **declaro extinta a punibilidade** pela prescrição, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. **Prejudicado o recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

